



# LUGARES, REGISTROS E MEMÓRIAS: CONTRIBUIÇÕES DA LEITURA DE ESCRITOS DE VIAGEM PELA BAHIA DO SÉCULO XVIII

Pollyana Macêdo de Jesus <sup>1</sup>  
Eliana Correia Brandão Gonçalves <sup>2</sup>

## RESUMO

As relações estabelecidas entre as populações e as regiões criam laços de memória e de pertencimento que ultrapassam narrativas ao longo dos séculos. Deste modo, propõe-se, neste trabalho, apresentar parte da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA e com apoio da FAPESB, que tem como corpus um documento histórico de fins do século XVIII, no qual são relatadas as notícias de viagem do Capitão Muniz Barreto pelas aldeias e vilas por onde passou e que, até então, eram pertencentes à Comarca dos Ilhéus e norte da Capitania da Bahia. Objetiva-se, portanto, refletir acerca das relações citadas nesse escrito, sob a perspectiva filológica do documento, enquanto testemunho não somente da história, como também da língua, da memória e da cultura das populações indígenas e de outros sujeitos que habitavam essas regiões. Para tanto, faz-se necessário recorrer às contribuições teórico-metodológicas de áreas como a Filologia, a Linguística e a História, além dos estudos onomásticos, em particular toponímicos, interdisciplinares e culturais, para fundamentar as discussões a respeito da memória e dos lugares compartilhados pelos povos supramencionados. Nesse sentido, parte-se da base teórica de Gonçalves (2017; 2018ab; 2019), Le Goff (1990), Karnal e Tatsch (2011), Rego (2016), Santos (2016), Seabra (2006), Fonseca (2003), Pelegrini (2007) e outros autores, que serão fundamentais para discutir as questões propostas. Assim, a análise do documento contribui para reflexões a respeito das informações que são passadas para nós ao longo do tempo, visto que os registros da história muitas vezes são desconhecidos por grande parte da sociedade. Ademais, esses escritos são essenciais para que se possa compreender de que maneira as relações entre populações e seus lugares afetam a vida das pessoas, direta ou indiretamente. Os relatos da história, que podem ser registrados ou não, em documentos históricos, constituem patrimônios culturais preciosos e se tornam, portanto, de interesse público e social. Dessa forma, o intuito principal deste trabalho é demonstrar que o texto escrito, enquanto testemunho de uma época e de um lugar específicos, se faz produtivo e necessário no resgate e na valorização da memória social e coletiva da Bahia.

**Palavras-chave:** Documento histórico, Bahia, Populações indígenas, Cultura, Memória.

## INTRODUÇÃO

O intuito deste trabalho é reafirmar a relevância do texto escrito enquanto registro histórico que atravessa o tempo, guardando informações importantes a respeito de determinada população ou lugar e como um instrumento de resgate e preservação da memória. Para tanto,

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia – PPGLinC – UFBA – e bolsista FAPESB – UFBA, polly.mac@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Área de Filologia do Instituto de Letras da UFBA. Atua na Graduação e como Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura – PPGLinC–UFBA. Coordenadora do Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais – GEFILL–UFBA, <https://www.instagram/ge.fil.1>; [elianabrand7@gmail.com](mailto:elianabrand7@gmail.com)

serão apresentadas aqui reflexões a respeito da pesquisa de Mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura – PPGLinC – UFBA, com o apoio de bolsa FAPESB e sob a orientação da Profa. Dra. Eliana Correia Brandão Gonçalves.

A pesquisa supracitada tem como corpus um documento histórico, constante na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Setor de Manuscritos – e disponibilizado através do Acervo Digital no site da Biblioteca Nacional Digital. O manuscrito – *Notícia da Viagem, e Jornadas, que fêz o Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os Índios sublevados nas Villas, e Aldêas das Comarcas dos Ilhéus, e Norte na Capitania da Bahia* – é atribuído ao Capitão Muniz Barreto e possui datação posterior ao ano de 1792. As narrativas registradas no documento descrevem o período em que o referido Capitão esteve viajando por aldeias, vilas e povoações da Bahia colonial. Esses registros destacam que muitos índios encontravam-se sublevados e foragidos, ou seja, estavam vivendo em lugares diferentes dos quais deveriam estar aldeados.

Nesse contexto, esse estudo é desenvolvido por meio da elaboração de edição e do estudo linguístico, em particular de reflexões sobre o léxico toponímico, com base nos fundamentos teóricos da Filologia, da Linguística, da Paleografia e da História. Assim, considerando a relevância das informações que podem ser extraídas desses escritos, abordaremos, neste trabalho, a constituição do documento enquanto patrimônio, registro linguístico, sócio-histórico e atuante na identidade e memória de um povo.

## **FILOLOGIA E O ESTUDO DE NARRATIVAS DE VIAGEM PELA BAHIA DO SÉCULO XVIII**

O documento (**Imagem 1**) das narrativas de viagem do Capitão Muniz Barreto apresenta relatos importantes para estudiosos de diversas áreas. Entre os variados assuntos, que podemos destacar no texto, estão alguns aspectos linguísticos da língua portuguesa em uso, no momento em que o documento foi escrito, além da ocorrência de léxico toponímico. Para além dessas questões, podemos citar referências à história social e geográfica da Bahia do século XVIII, além de aspectos culturais e dos modos de vida das populações indígenas que viviam naquela região e suas formas de resistência diante das violências e injustiças, que marcavam o cotidiano dos lugares e de suas vivências. Dessa forma, o estudo crítico desse documento do século XVIII precisa se fundamentar em “[...] uma perspectiva histórica, dialógica e interpretativa, a fim de que a memória possa emergir dos textos editados e dos usos linguísticos, mas também das

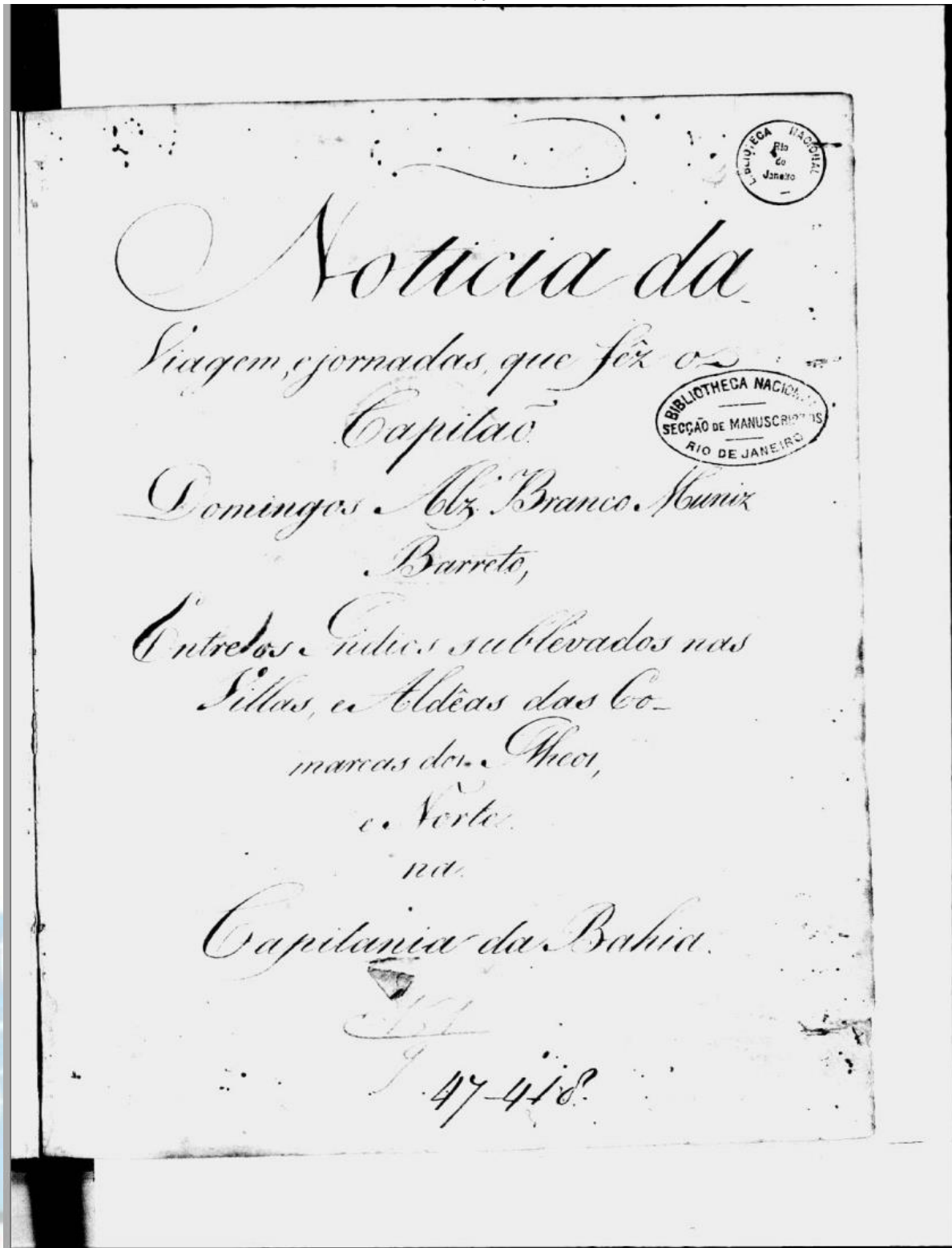


**1º CONEIL**

Congresso Nacional em  
Estudos Interdisciplinares  
da Linguagem

imagens dos lugares, dos sujeitos e das comunidades, que compõem o universo fragmentado da história da Bahia.” (GONÇALVES, 2017, p. 193)

**Imagem 1:** Fac-símile do primeiro fólio recto das notícias de viagem do Capitão Muniz Barreto – posterior a 1792



Fonte: Acervo Digital – Biblioteca Nacional Digital

Vale ressaltar que as narrativas nem sempre se revelam nos textos, tornando-se necessário o olhar criterioso e atento da filóloga-pesquisadora, a fim de realizar leituras interpretativas a respeito dos fatos narrados e extraídos direta ou indiretamente da documentação em análise.

A Filologia, ciência que se utiliza do texto como seu objeto de estudo, supre as demandas de interpretação do documento, por meio de suas práticas, que analisam o texto em uma perspectiva discursiva, linguística e histórica. Conjuntamente com outras áreas de conhecimento, entre as quais a Paleografia, a Linguística Histórica e a História, a Filologia auxilia para que compreendamos “cada produção textual como resultante da cultura, do tempo e do espaço, promovendo a mediação multidisciplinar” (GONÇALVES, 2018b, p. 155). Além disso, contribui para o resgate à memória coletiva, pois:

“[...] a prática filológica tenta não apagar os estágios da memória dos textos, mas escavá-la, deixando e consignando os rastros e as pistas, da documentação recolhida sobre o sujeito-escriptor e sobre o texto-documento, por variados estudos, de cunho linguístico, do contexto ou modos de produção e de recepção dos textos, viabilizando a possibilidade de que o sujeito/público-leitor possa fazer, ao seguir esse percurso, suas próprias leituras.” (GONÇALVES, 2017, p. 194)

A escolha metodológica desta análise se ampara na realização de uma edição semidiplomática, “produto editorial que conserva as características linguísticas do texto, como a ortografia e a pontuação, além de sua constituição gramatical e lexical, desdobrando as abreviaturas que se configuram como obstáculos para a leitura dos textos do passado.” (GONÇALVES, 2018b, p. 160). Visto que tratamos aqui de um manuscrito de fins do século XVIII, é fundamental preservar as características linguísticas para o público especialista, permitindo, porém, o entendimento das palavras que se apresentam abreviadas.

Entre as diversas abordagens que poderiam ser resultantes dessa edição, optamos por realizar, neste trabalho, a exemplificação do recorte linguístico do léxico toponímico e do recorte temático referente à violência indígena. No que tange à Toponímia, cabe lembrar que ela integra, junto à Antroponímia, os estudos onomásticos, frutos da Lexicologia, convencionalmente conhecida como uma das ciências do léxico e “ramo do saber que se debruça sobre o patrimônio lexical de uma língua a fim de analisá-lo sob diversos aspectos, dentre eles o linguístico e o sociocultural.” (VICENTE, 2013, p. 162). A Toponímia, por sua vez, caracteriza-se como a “disciplina que investiga o léxico toponímico, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares” (SEABRA, 2006, p. 153). Dessa forma, a partir dos topônimos encontrados no documento, é possível ter acesso a outras informações acerca das regiões baianas em que viviam os índios considerados sublevados. Oliveira (1996) já chamava



a atenção para esses elementos das culturas indígenas no nosso cotidiano, demonstrando que resultados de um levantamento recente

sobre os elementos da cultura indígena incorporados à cultura nacional e à língua portuguesa falada no Brasil indicam uma presença extensa (incluindo animais, plantas, culinária, tecnologias, costumes, seres sobrenaturais), bem mais do que as avaliações genéricas habituais costumam anotar. Na toponímia, por exemplo, é muito grande a utilização de termos indígenas (especialmente da língua Tupi), para designar rios, praias, montanhas, regiões, cidades e logradouros públicos. (OLIVEIRA, 1996, p. 29)

As ocorrências do léxico toponímico no documento são, em sua maioria, de origem indígena, mas há também topônimos que se originaram da língua portuguesa, evidenciando que, mesmo após mais de dois séculos passados da escritura do manuscrito, existe no Brasil “um grande número de nomes de lugar de origem tupi e de origem portuguesa, que apontam para a existência e para a vitalidade dessas línguas e para aspectos epistemológicos próprios aos habitantes da colônia portuguesa em seus primeiros séculos.” (VICENTE, 2013, p. 164)

No documento analisado, podemos citar, a título de exemplificação dos topônimos originários de línguas indígenas *Iequié, Iequiriçá, Una e Iaguaripe*<sup>3</sup>. Entre os topônimos de origem portuguesa encontrados, destacamos *Nossa Senhora dos Prazeres, Arrayal da Conquista e São Fidelis*. A respeito dessa coexistência de origens, Rodrigues (2010) explica que ela é decorrente do fato de que

Os nomes comuns e os topônimos são aquisições mais naturais quando os falantes da língua receptora não têm nomes em sua língua para objetos culturais ou seres vivos que lhes são completamente estranhos, nem para os lugares que passam a conhecer. Mas sua aquisição em grande quantidade e com pouca alteração fonética, como é a situação predominante na nomenclatura adquirida dos tupis e tupinambás, implica em convívio detido e mais ou menos intenso. (RODRIGUES, 2010, p.31 apud VICENTE, 2013, p. 166)

Conclui-se, portanto, que “[...] os signos toponímicos testemunham e apresentam pistas para o conhecimento da relação presente e passado na Bahia, evidenciando o conhecimento sobre a origem e a história das sublevações e revoltas [...]” (GONÇALVES, 2018a, p. 400). Além dos nomes dos lugares, que revelam o desconhecimento de nossa própria história, outros aspectos presentes no texto também nos contam histórias, descrevem geograficamente os locais e deixam pistas das populações que habitavam determinados espaços baianos naquele período. Como pode ser visto no escrito do século XVIII, o referido Capitão Muniz Barreto, pertencente e submisso à Coroa Portuguesa e à religião católica, só conseguia enxergar os nativos como bárbaros e selvagens que precisavam ser civilizados e, por esse motivo, eram considerados

<sup>3</sup> As origens dos topônimos, indígenas ou portugueses, foram retirados de Vicente (2013) e Ramos (2008).

*sublevados; desgraçados homens; infeliz gente; brutos; refugiados; rebeldes e fugitivos.* Nessa descrição é desconsiderada a diversidade das populações indígenas, suas crenças, suas variadas formas de existir e sua estruturação social, sendo, portanto, de extrema importância o estudo crítico-filológico e discursivo do escrito, a fim de trazer outros olhares para essa narrativa.

Dessa forma, a práxis discursivo-filológica leva em consideração diversos modelos editoriais, assentando-se em consistentes reflexões sobre a subjetivação, que permeiam a produção, a circulação e a recepção dos discursos conflituosos, na relação dialética entre identidade e alteridade. Nesse contexto, as abordagens discursivas articuladas com as abordagens filológicas cumprem um papel histórico e político, à medida que trazem à reflexão, de diversos públicos, outras nuances interpretativas de documentos manuscritos históricos de teor político-social da administração pública brasileira, que legitimam a relevância dos enfrentamentos e da resistência, em contextos de vigilância. (GONÇALVES, 2019, p. 357)

O capitão se refere ainda aos nativos como *inSignes conhecedores deMadeiras deConstrução, eperitos trabalhadores, eabridôres de novas estradas e insignes Ervolários*<sup>4</sup>, o que evidencia que os povos indígenas serviam de mão de obra para a Coroa, desde que permanecessem sujeitos aos sistemas de aldeamento, nos quais eram controlados por “escrivães-diretores, nos termos propostos pelo parecer do tribunal do Conselho Ultramarino” (SANTOS, 2016, p. 541) e pelos párocos.

O sistema de aldeamentos pretendia a catequização dos índios, o que era parte do processo de povoação e colonização das terras (REGO, 2016). Assim, os aldeamentos contribuía, de certa forma, para o apagamento do modo de vida e da cultura das populações nativas, já que os seus responsáveis deveriam torná-los “civilizados”, o que, para Santos (2016, p. 540), ocorria “primordialmente, pelo aprendizado e uso do idioma português, pelo aprendizado da doutrina cristã e dos ofícios ‘próprios de cada sexo’ [...] e na adoção dos usos e costumes portugueses (nomes próprios, vestimenta, moradia etc.)” Outrossim, caso resistissem ou fugissem, passavam a ser considerados sublevados e rebeldes, pois sua própria maneira de viver e de ser não eram bem vindas.

Na imagem e no excerto da transcrição apresentados a seguir, é possível perceber um trecho da narrativa do Capitão a respeito da sublevação dos índios e das suas tentativas de persuasão para com eles.

---

<sup>4</sup> Foram utilizadas as normas de edição sugeridas pela Comissão de Estabelecimento de Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil (CAMBRAIA; CUNHA; MEGALE, 1999, p. 23-26), com as devidas adequações ao corpus da pesquisa. Portanto, a escolha de manter as palavras unidas ou com letras maiúsculas se baseiam nas normas de não se estabelecer fronteira de palavras que venham escritas juntas e respeitar o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original.



Imagem 2: Excerto do fac-símile do terceiro fólio verso das notícias de viagem do Capitão Muniz Barreto – posterior a 1792

como passo anterior.

Tendo continuado a desordem, não só pelos motivos, que fuaõ ponderados, mas ainda pela inconstancia, e incertexa q' he' natural entre esta gente, dixerão muitos Indios, e ainda familias inteiras de algumas Villas da Comarca dos Theos, refugiando se na Ilha des Quicpe, q' fua fronteira a barra de Camamu, sem q' porem levantassem povoaçõs alguma à borda do Mar, mas sim pathoas concentradas pelo espelho, e frondozo Matto, q' se ve' naquella Ilha, sahindo de te coito em tempos mais serenos a fazer muitos insultos, e furtos aos moradores da terra firme, sem quereem de modo algum cederem às persuacoens dos seus Officiaes maiores, e respectivos Ministros p' voltarem ás suas Aldeias, nem menos poderem ser obrigados por fora de

Fonte: Acervo Digital – Biblioteca Nacional Digital

Excerto da edição do texto *Notícia da Viagem*<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Foram utilizadas as normas de edição sugeridas pela Comissão de Estabelecimento de Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil (CAMBRAIA; CUNHA; MEGALE, 1999, p. 23-26), com as devidas adequações ao corpus da pesquisa.



Tendo<sup>6</sup> continuado adesordem, não só pelos  
65 motivos, que ficão ponderados, mas ainda pela incons-  
tancia, eincerteza *que* hé natural entre esta gente, dizer-  
taraõ muitos Indios, eainda familias inteiras de al-  
guas Villas daComãrca dos Ilheos, refugiandoSe na-  
Ilha de Quiepe, *que* fica fronteira á barra do Camamú,  
70 sem *que* porem levantaSsem povoação alguã á borda  
do Már, mas sim palhoças concentradas pelo espeSso,  
efrondozo Matto, *que* sevê naquella Ilha, sahindo des-  
te coito em tempos mais serenos afazer muitos inSul-  
tos, efurtos aos moradores da terra firme, sem quererem  
75 de modo algum cederem ás persuaçoens dos Seus Offici-  
aes maiores, erespectivos Ministros *para* voltarem ás Suas  
Aldêas, nem menos poderem ser obrigados por força de p<sup>a</sup>.

Vale lembrar que o excerto do texto transcrito é resultante da edição semidiplomática do documento e seguiu os critérios e normas de transcrição de Cambraia; Cunha; Megale (1999, p. 23-26)<sup>7</sup>. Nesse sentido, Gonçalves (2017) ainda contribui para evidenciar que o texto, “considerando suas diversas materialidades e inscrições, sua relação visceral com a cultura e sua vinculação com a língua, a história e o tempo,” torna-se um elemento essencial na busca de resgatar os “vestígios dos contextos sociais e a diversidade das práticas culturais, possibilitando a reconstrução dos arquivos, das memórias e dos saberes linguísticos que se constituem como patrimônio histórico e cultural.” (GONÇALVES, 2017, p. 199, 207)

## DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Como já é sabido, a Filologia, por meio do texto escrito e vinculada à História, permite repensar os documentos históricos tanto na sua materialidade, através dos usos linguísticos,

<sup>6</sup> A escolha de manter esta palavra em fonte de tamanho maior foi para aproximar a transcrição da forma como aparece no documento.

<sup>7</sup> Aqui é apresentado o excerto da edição do documento *Notícia da Viagem*, referente às linhas 64-77 do terceiro fólio verso.



quanto em sua imaterialidade, estabelecida pela construção simbólica dos sentidos, possíveis leituras e memória que essa documentação resgata e representa.

A construção dessa relação se dá a partir do retorno investigativo de vestígios do passado e dos fatos narrados para o questionamento e a compreensão do presente, visto que os registros escritos são uma forma de perpetuar os acontecimentos ao longo do tempo. Gonçalves (2017) ressalta que “é justamente, a partir dessa temporalidade, aberta e inconclusa, que a memória textual e linguística pode ser repensada e os sujeitos e grupos sociais, antes esquecidos encontram a possibilidade de testemunhar.” (GONÇALVES, 2017, p. 193) Todas essas reflexões estão alicerçadas em nossa constituição, ao estabelecer os registros documentais como patrimônio em nosso país.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, [19-?], online, **grifo nosso**)

Portanto, concordamos com Karnal e Tatsch (2011), ao reafirmar a relevância da documentação histórica, por esta não se tratar apenas de meros conjuntos de palavras, mas de elos que ligam os séculos, que dialogam entre o passado e o presente e que estão em permanente construção. São resultados das leituras e interpretações diversas que, conscientemente ou não, são influenciadas pelas diferentes perspectivas dos sujeitos e pelos contextos sociais em que estes estão ou estavam inseridos.

Contudo, todo patrimônio necessita de cuidados e o trabalho com documentos históricos não seria diferente. Este processo demanda tratamentos específicos e implica também em algumas dificuldades, a exemplo da ausência de uma catalogação sistemática por parte de alguns acervos, reivindicando esta tarefa, muitas vezes, ao pesquisador. No entanto, Gonçalves (2017) afirma que esse cenário encontra-se em constante mudança, já que vem ocorrendo, através das políticas públicas voltadas para a cultura, uma articulação necessária e coletiva entre instituições públicas e privadas para facilitar os serviços de disponibilização. Assim, “diversas ações governamentais, com a colaboração de instituições privadas e de pesquisadores, tem incentivado à recuperação do patrimônio cultural escrito brasileiro.” (GONÇALVES, 2017, p. 195)

O Acervo digital da Biblioteca Nacional é um excelente meio de acesso mais facilitado aos documentos históricos, visto que nem sempre os pesquisadores conseguem ter acesso direto aos originais, quer seja pela dificuldade de locomoção entre os acervos do país, quer seja pelo estado de conservação em que se encontram os documentos. Portanto, a disponibilização por meio de plataformas digitais marca um novo tempo no que diz respeito às formas de preservação e divulgação dos registros documentais. De maneira que “a intervenção do computador comporta uma nova periodização na memória histórica: [...] A memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. O novo documento é armazenado e manejado nos bancos de dados.” (LE GOFF, 1990, p. 541-542)

No que tange aos meios de valorização e divulgação do patrimônio cultural, Fonseca (2003) afirma que:

“[...] existem mecanismos próprios de registro, transmissão, proteção e difusão. As leis de propriedade intelectual e de direito autoral foram desenvolvidas com essa finalidade, assim como o depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional. Embora não tenham como objetivo a atribuição de valor cultural aos bens a que se apliquem, esses instrumentos e práticas terminam por contribuir para a construção do patrimônio cultural brasileiro, na medida em que identificam essas criações e asseguram o acesso a elas, trazendo garantias e benefícios a seus produtores.” (FONSECA, 2003, p. 60)

Infelizmente, as políticas públicas para a preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural nem sempre existiram e muito se perdeu no decorrer do tempo, pois, de acordo com Santos (2012), somente após a Revolução Francesa é que essa necessidade foi reconhecida, quando da possibilidade de sua perda. Ainda segundo Santos (2012), essas políticas foram pensadas para atuarem na esfera simbólica, reforçando a identidade coletiva.

Antes, porém, que sejam aplicadas as políticas públicas para preservação e difusão, deve-se analisar por outro olhar o que vem a ser chamado de patrimônio cultural. Pelegrini (2007) apresenta de forma singular essa reflexão:

Mas, de todo modo, quando nos referimos ao conceito de patrimônio, apreendido como expressão mais profunda da “alma dos povos” e como “legado vivo” que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, admitimos que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentido de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos. Essa lógica da pertença lhes assegura uma identidade cultural, que constitui um suporte precioso para formação do cidadão. No entanto, se considerarmos verdadeira a assertiva de que as memórias e referências do passado fundamentam a coesão entre os sujeitos que compartilham sensibilidades, memórias, tradições e histórias, não podemos ignorar que esses mesmos referenciais também evidenciam diferenças culturais que ampliam a compreensão da diversidade como valor essencial para o convívio em sociedade. Logo, o direito à memória e à preservação do patrimônio cultural de distintos grupos constitui um exercício de cidadania importante para fundamentar as bases das transformações sociais necessárias para a coletividade. (PELEGRINI, 2007, p. 89)

Deste modo, os registros históricos aqui discutidos, sob a forma de textos escritos, merecem a referida denominação e o cuidado devido. Justamente por carregar conteúdo da vida cotidiana da nação, tanto pelas narrativas particulares, quanto pelas narrativas de caráter público. Afinal, conforme explicitado por Rodrigues (1996, p. 195), além de ser um testemunho do passado “[...] o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural, dos bens que materializam e documentam sua presença no fazer histórico da sociedade.”

## **IDENTIDADE E MEMÓRIA: OS VESTÍGIOS QUE OS DOCUMENTOS GUARDAM**

As relações construídas entre povo e lugar, os rastros de suas origens, os lugares onde viveram e por onde passaram, seus costumes e modos de vida vão muito além do nosso conhecimento. Cada detalhe e cada acontecimento tem uma importância significativa e diz muito a respeito da história de determinado povo ou sociedade. “Uma guerra, um motim, uma cerimônia nacional, uma festa popular, [...] são fatos únicos em seu gênero, pelos quais a existência de um grupo é modificada.” (HALBWACHS, 1990, p. [41])

De acordo com Le Goff (1990), a construção da memória coletiva é decorrente daquilo que sobrevive ao tempo e nos é deixado de herança. Ou seja, ela pode ser estabelecida ao longo dos séculos de várias formas, inclusive por meio das palavras, “com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.” (FEBVRE, 1949, ed. 1953, p. 428 *apud* LE GOFF, 1990, p. 540).

Nas notícias de viagem do Capitão Muniz Barreto podemos ter acesso às narrativas acerca de como os povos indígenas viviam nas diferentes aldeias e vilas baianas no período colonial, quais eram as formas que encontravam de resistir ao sistema que lhes era imposto, podemos perceber algumas das estratégias que utilizavam para viver e sobreviver naquele período e conhecer um pouco mais sobre os povos nativos e de que forma eles influenciaram e continuam influenciando a nossa língua, a nossa cultura e a nossa identidade.

Entretanto, todas essas leituras dependem do objetivo do pesquisador. Pensemos a respeito desses exemplos: no documento, o Capitão Muniz Barreto trata das questões relativas à Coroa Portuguesa e o seu interesse em manter os povos indígenas sob controle para que sirvam como trabalhadores, ignorando as suas crenças e os seus modos de organização de trabalho, devendo ser necessário passar a ter os costumes portugueses. Ele os trata como bárbaros, gentios, rebeldes. Em contrapartida, o capitão também narra as injustiças que esses povos

sofriam e refere-se a eles como sendo excelentes em diversas funções e conhecedores de vários assuntos. Sendo assim, podemos analisar o documento sob a perspectiva do Capitão que serve à Coroa e quer restabelecer a “ordem” na região. Podemos analisar o documento sob o prisma dos povos considerados sublevados – por que se revoltavam? quais eram as suas motivações? que maneiras encontravam de tentar sair desse sistema de dominação? Podemos ainda desconsiderar todos esses fatores e analisar apenas as questões linguísticas do documento, como a língua corrente da época, a maneira de escrever e até mesmo os usos linguísticos.

São vários os aspectos que podem ser analisados nos documentos históricos, pois eles dispõem de reflexões inegáveis, mas sujeitos às escolhas de quem os lê. Cada uma delas está diretamente ligada aos objetivos do pesquisador e os resultados obtidos através de cada análise, dependendo, significativamente, das próprias experiências de quem pesquisa. Vejamos um exemplo:

um funcionário da cultura na ditadura do Estado Novo poderia ver [na Carta de] Caminha um documento extraordinário do Brasil que nascia – opinião compartilhada por um colega português da ditadura salazarista na mesma época. Porém, um indigenista contemporâneo, sabedor da tragédia da presença portuguesa para as populações ameríndias, verá no mesmo documento a certidão de óbito das muitas populações indígenas. Mesmo que ambos reconheçam o documento como importante, ele pode gerar leituras opostas. À primeira subjetividade (a edificação histórica da importância do documento) soma-se a segunda e mais fundamental: as leituras variadas que um documento possibilita. (KARNAL E TATSCH, 2011, p. 12 *grifo nosso*)

As diversas possibilidades de leitura se entrelaçam às escolhas pessoais e revelam características culturais do lugar ou do povo ao qual o pesquisador pertence. No que diz respeito a essas identidades culturais, Hall (1996, p. 70) explica que se tratam de “pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um *posicionamento*.” Deste modo, escolher uma ou outra maneira de enxergar e analisar o documento é, sim, resultado de um posicionamento, pois, para Hall (1996, p. 69), “as identidades [...] são apenas os nomes que aplicamos às diferentes maneiras que nos posicionam, e pelas quais nos posicionamos, nas narrativas do passado.”

O sentimento de identidade, segundo Pollak (1992), está fenomenológica e estreitamente ligada à memória, isso se considerarmos a memória herdada do passado enquanto um fenômeno que é construído individual e socialmente. Sendo assim, podemos nos voltar para os questionamentos de Quadros e Gonçalves (2017) a respeito das relações que são estabelecidas entre documento e memória.



Mas afinal, o que é memória? O que são bens culturais? O que é patrimônio cultural? A memória é justamente o passado que interage com o presente, transmitindo conhecimento e construindo essa singularidade. Os bens culturais são o registro físico do passado ou do presente, que traduzem o momento de um grupo numa época. (QUADROS; GONÇALVES, 2017, p. [07])

Em nosso caso, os bens culturais de que tratamos aqui são os próprios escritos atribuídos ao capitão, o documento histórico que, para Karnal e Tatsch (2011, p. 24), “é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita.” Os diálogos só existem porque existem elementos que nos conectam a um período e a um local em que nunca estivemos. Esses elementos podem ser os registros escritos, objetos, sons e outros que, segundo Pelegrini (2007), se articulam e “dinamizam a memória coletiva ou individual”, além de constituírem “manifestações da materialidade da cultura de um grupo social, desencadeando tensões entre as reminiscências e o esquecimento, numa busca constante de fortalecimento de seus elos com o seu lugar de pertencimento.” (PELEGRINI, 2007, p. 91)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do manuscrito atribuído ao Capitão Muniz Barreto leva-nos a concluir que, indubitavelmente, são perceptíveis os contextos de violência sofridos pelas populações nativas naquele período. Assim, entende-se que é de suma importância que outros estudos com documentos históricos continuem a ser desenvolvidos, não só na área da Linguística como também nas áreas da História e da Sociologia, a fim de analisar a interdisciplinaridade das temáticas por eles abordadas e os aspectos que compõem a vida em sociedade, além das características herdadas do passado e que estão presentes ainda hoje em nosso cotidiano.

Ademais, por tratarmos aqui de um documento que se encontra digitalizado por meio eletrônico, cabe lembrar que as informações divulgadas por meio da internet, por vezes, auxiliam ao pesquisador a encontrar dados que não estão ao seu alcance físico. Todavia, para isso, é necessário que estejamos atentos, para que o crescente número de informações a que somos expostos não resulte em problemas que possam comprometer a veracidade e o andamento de nossas pesquisas, mas nos auxilie na divulgação de nossos resultados e no incentivo de novos estudos.

Também é inquestionável que a pesquisa com documentos históricos, visando conhecer mais a respeito da história da Bahia e da história das populações autóctones que aqui viviam, dos usos linguísticos, de aspectos sociais e culturais e outros saberes adquiridos com a leitura e

a interpretação dos textos manuscritos pesquisados, é de imensa relevância para que se compreendam as relações entre o nosso presente e o nosso passado, resgatando a nossa memória histórica e cultural.

Entre muitos, é necessário destacar dois aspectos que se beneficiam por meio desses estudos. O primeiro deles é o aspecto sócio-histórico e cultural, por garantir lugar às discussões que envolvem as populações indígenas no Brasil, as formas de violência e de contestação, dando voz àqueles antes silenciados e firmando a sua relevância na construção da história do Brasil, pretérita e atual. O segundo, porém não menos importante, é o aspecto filológico-linguístico, por meio dos estudos referentes à produção, transmissão, circulação e recepção dos textos, e também do estudo do léxico toponímico, contribuindo para a reflexão sobre a história do português no Brasil e os caminhos pelos quais ela vem se perfazendo.

Além de fazerem parte de nossa história desde o começo, os povos autóctones possuem importância significativa, porém não valorizada de modo suficiente e satisfatório. Portanto, as discussões relativas a esses assuntos são não somente atuais como também extremamente necessárias. A nossa história, a nossa cultura, a nossa língua e a nossa estrutura enquanto nação estão diretamente ligadas a essas populações e a tudo aquilo que a elas está relacionado.

Conclui-se que os documentos históricos, desde que sejam preservados e valorizados, enquanto prova histórica de acontecimentos pretéritos e fonte de conhecimento, tornam-se de inquestionável relevância na discussão sobre a valorização e divulgação dos registros históricos como patrimônio cultural e reconhecidos como elemento fundamental para a construção da memória do povo, sobretudo, o povo baiano, mas também, o brasileiro. Desta forma, os contextos de violência relatados, direta ou indiretamente, na documentação, e ocorridos na Bahia, são de grande importância para nos entendermos enquanto sujeitos e para que se compreendam as relações que construímos entre o nosso presente e o nosso passado e as relações entre os sujeitos e a história do local aos quais eles pertencem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. [19-?] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 de outubro de 2020.

CAMBRAIA, C. N.; OLIVEIRA, G. M. de; MEGALE, H.; MÓDOLO, M.; FERREIRA, P. S.; TOLEDO NETO, S. de A.; LOBO, T.; KLAMT, V. Normas para a transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. In: Rosa Virgínia Mattos e Silva. (Org.).

**Para a história do português brasileiro.** Vol II: Primeiros estudos. São Paulo: Humanitas, 2001, v. II, p. 553- 555.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, 2003.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Construção discursiva do *ethos* da autoridade institucional: poder, vigilância e revoltas escravas na Bahia. **Letras de Hoje:** Estudos e debates em linguística, literatura e língua portuguesa. Rio Grande do Sul, v. 54, n. 3, p. 350-358, jul./set. 2019. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2019.3.30947>.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Edição de texto e aspectos da toponímia baiana em documentos históricos. **Cadernos do CNLF**, vol. XXII, n. 03, Tomo II. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2018a. p. 397 – 405. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xxii\\_cnlf/](http://www.filologia.org.br/xxii_cnlf/). ISSN: 1514-8782.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Leitura crítico-filológica de Resolução de 1822: revoltas, vigilância, violência e punição na Bahia do século XIX. **Filologia e Linguística Portuguesa**, 2018b, v. 20, n. 2, p. 153-174. <http://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v20i2p153-174>

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da Capitania da Bahia. **Revista da Abralin:** Associação Brasileira de Linguística, volume 16, n. 2, p. 191-218, jan./fev./mar./abril de 2017. <http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v16i2.52006>.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, 1996. p. 68 – 75.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e história: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.) **O historiador e suas fontes.** 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9 - 27.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão (et al.). Campinas: São Paulo: EDUNICAMP, 1990.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Cidadania, racismo e pluralismo. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 27-33.1996.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. In: **Patrimônio e Memória**, v. 3, n. 1, p. 87-100, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos históricos.** Vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.



QUADROS, Tamires Sales de; GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Breves reflexões sobre a importância dos registros documentais históricos para o resgate da memória. In: XIII Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2017, Salvador. **Anais - Patrimônios Culturais e Memórias**. Salvador: Enecult, 2017. n. p., v. 1.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. **Toponímia dos municípios baianos**: descrição, história e mudança. 2008. 3 vol. Tese (Doutorado), Instituto de Letras, UFBA/ PPGLL, Salvador, 2008.

REGO, André de Almeida. Os aldeamentos indígenas fundados na Bahia e Capitâneas vizinhas durante o período colonial. In: **Opará**: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, v. 4, n. 5, p. 81-108 (com apêndice), jan./jun. 2016.

RODRIGUES, Marly. De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, 1996. p. 195 – 203.

SANTOS, Adalberto S. Patrimônio e memória: da imposição de identidades à potencialização de atos coletivos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Orgs.). **Políticas Culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 67 – 72.

SANTOS, Fabricio Lyrio. A civilização como missão: agentes civilizadores de índios na Bahia colonial no contexto da política pombalina. **Tempo** (Niterói. Online), v. 22, p. 533-550, 2016.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Gualacho, Mato Dentro, Outra Banda – topônimos da Região do Carmo – MG: questões léxico-históricas. In: **O léxico em estudo**. (Org.) Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 137 – 154.

VICENTE, Flávia Daianna Calcabrine. **Além e aquém de Sergipe do Conde e de Tatuapara: os topônimos no Livro Velho do Tombo** / Flávia Daianna Calcabrine Vicente / Dissertação de Mestrado – Salvador-BA: 2013. 289 p.

